ECONOMIA

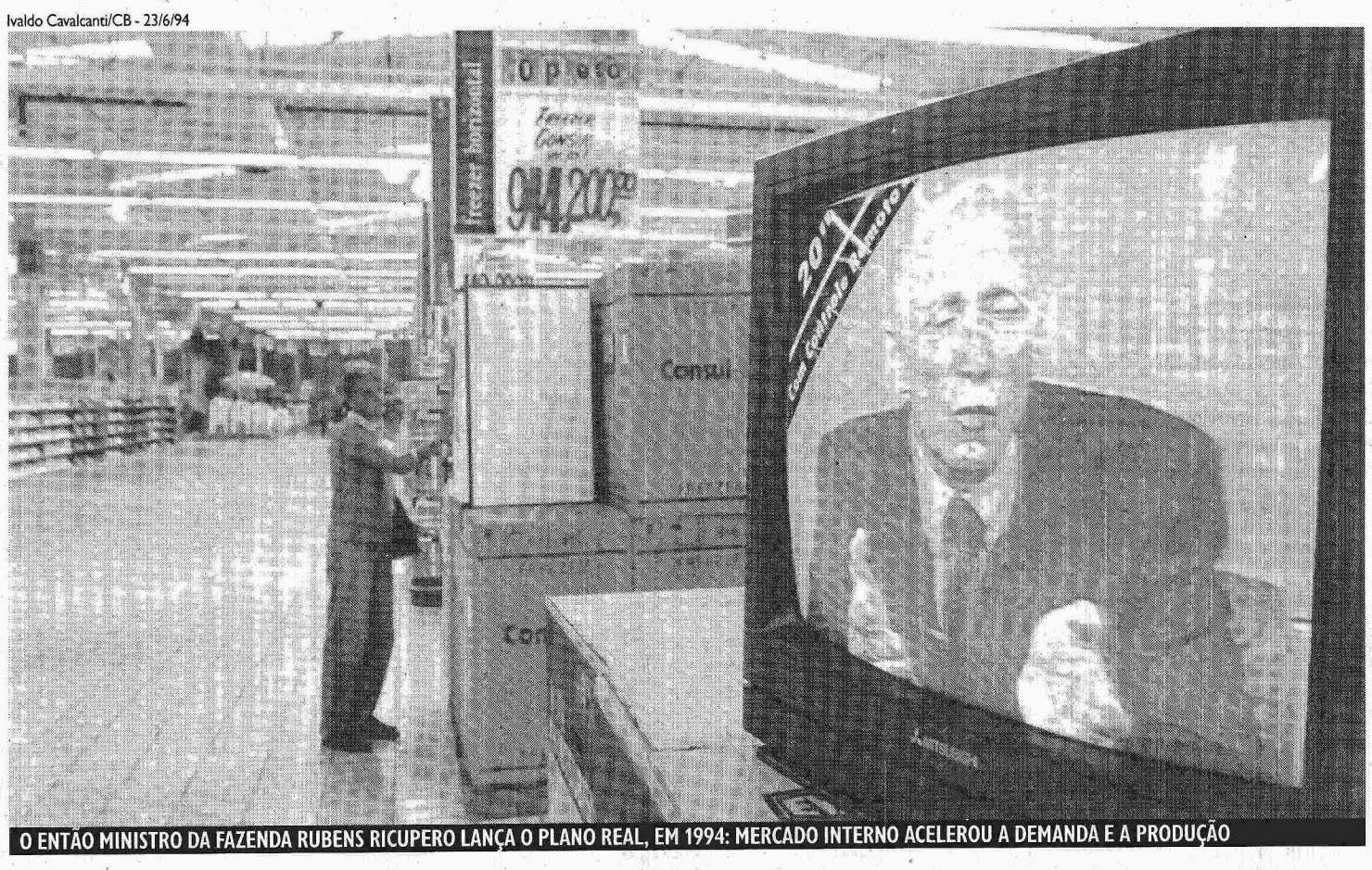
O BRASIL TEM SOLUÇÃO?

Economia Brasil
144
Reportagem 0208

FORÇA INTERNA

Nos próximos dois anos a economia vai se comportar como no começo do Plano Real, com consumo em alta e importações atrapalhando

Ivaldo Cavalcanti/CB - 23/6/94



O ENTÃO MINISTRO DA FAZENDA RUBENS RICUPERO LANÇA O PLANO REAL, EM 1994: MERCADO INTERNO ACELEROU A DEMANDA E A PRODUÇÃO

VICENTE NUNES
DA EQUIPE DO **CORREIO**

Mesmo que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não seja o espetáculo prometido pelo presidente Lula — taxas superiores a 5% ao ano —, a economia brasileira terá, nos próximos dois anos, um comportamento bastante semelhante ao que se viu no primeiro quadriênio do Plano Real (1994 a 1997), quando o país se expandiu com a inflação em queda. A mais evidente dessas semelhanças está no fato de o incremento do PIB ser impulsionado, basicamente, pelo mercado interno. Ou seja, pelo consumo das famílias e do governo. Nas projeções do economista-chefe do Banco Credit Suisse, Nilson Teixeira, a absorção doméstica, como os especialistas gostam de falar, crescerá, em média, 4,8% ao ano em 2007 e 2008, ante a média anual de 5,4% registrada na primeira fase do Real.

Outra semelhança está no aumento da taxa de investimentos. Entre 1994 e 1997, os desembolsos do setor produtivo cresceram, na média, 5,8% ao ano. Se as contas dos especialistas estiverem corretas, a expansão dos investimentos se dará a um ritmo anual de 6,5% nos dois primeiros anos do segundo mandato de Lula. Com isso, ressalta Nuno Câmara, economista do Dresdner Bank em Nova York, o Brasil tirará um importante foco de pressão da inflação. "Quanto maior é o investimento, maior é a capacidade das empresas de atender à demanda sem a necessidade de aumentar preços", explica. Ele ressalta, porém, que, apesar de estar em alta desde 2004, a taxa de investimento no Brasil, de 20,7% do PIB, ainda está longe do ideal (25%) para fazer o país crescer acima de 5% ao ano.

PIB negativo

Assim como no início do Plano Real, o setor externo dará, nos próximos dois anos, uma contribuição negativa para o PIB. Ou seja, em vez de impulsionar a taxa que mede o crescimento do país, ajudará a jogar o Produto para baixo. O motivo, explica o economista Carlos Thadeu Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), será o crescimento maior das importações frente às exportações. Como os produtos que vêm do exterior são descontados do total da produção brasileira, mesmo que a indústria eleve seus negócios, o número final é sempre menor que o esperado. Pelos cálculos do diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Bevilaqua, o setor externo tirará, em 2007 e 2008, algo como 0,9 ponto percentual do resultado do PIB. O mercado fala em um perda do Produto de 1,1 ponto.

Com as importações trabalhando contra o PIB, o governo precisa estimular ao máximo o mercado interno. É por isso, afirma o vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Fernando Nogueira, que a equipe econômica está trabalhando duro para incentivar setores produtivos que reajam rapidamente a estímulos como a redução de impostos e a maior oferta de crédito. "Um desses setores é a construção civil, que gera empregos menos qualificados. As vagas são ocupadas, normalmente, pela população de baixa renda. Com salário garantido, a baixa renda é incorporada ao mercado de consumo. De olho nesse público, a indústria investe no aumento da produção. E, assim, a economia como um todo ganha impulso", diz Nogueira.

Para ele, a maior presença da população de baixa renda no mercado de consumo não significa aumento das importações. "Pelo contrário, a tendência é de esses consumidores priorizarem a produção doméstica", afirma o vice-presidente da Caixa. Nilson Teixeira, do Credit Suisse, destaca que o ritmo de crescimento das importações tende a se desacelerar a partir do ano que vem. Se, em 2006, o incremento das compras de produtos no exterior — máquinas, equipamentos e bens de consumo, principalmente — foi 6,6 vezes maior que a elevação do PIB (2,7%), em 2007 essa relação será de 4,4 vezes e, no ano seguinte, de 3,9 vezes.

"Assim como nos primeiros quatro anos do Real, as importações estão hoje ajudando a aumentar a competição do mercado e a conter o reajuste de preços. Também estão permitindo a modernização e a ampliação do parque produtivo brasileiro", ressalta Thadeu Filho, da UFRJ.

Eugene Hoshiko/AP

A CHINA, CUJA ECONOMIA DEVERÁ SE EXPANDIR EM ATÉ 10% NOS PRÓXIMOS DOIS ANOS, DEVERÁ GARANTIR O AQUECIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL

PORTO SEGURO PARA INVESTIR

A economia mundial não deixará o presidente Lula na mão nos próximos dois anos. O Produto Interno Bruto (PIB) do planeta continuará crescendo em torno de 5% ao ano, apesar da esperada desaceleração da produção e do consumo nos Estados Unidos. O recuo da economia norte-americana será compensado pela China, cuja expansão anual permanecerá perto de 10%. Em 2007, a contribuição dos EUA para o crescimento mundial cairá de 17% para 13%. Por outro lado, a participação da economia chinesa passará de 20% para 31% e a da Índia, de 6% para 10%.

Com a economia mundial aquecida, o comércio internacional registrará, no triênio 2005-2007, avanço médio de 16,3% ao ano, o dobro da taxa média dos 10 anos anteriores. O Brasil será muito beneficiado por esse cenário. As exportações brasileiras, mesmo que em ritmo menor, continuarão crescendo, com o país ainda computando saldos comerciais elevadíssimos, entre US$ 35 bilhões e US$ 38 bilhões. Esses saldos levarão o Brasil a contabilizar, em 2008, o sexto ano consecutivo de superávit em conta corrente, rubrica que engloba as principais transações do país com o exterior.

"Do ponto de vista externo, as contas brasileiras estão ajustadíssimas", diz Ricardo Amorim, chefe do Departamento de Pesquisas para a América Latina do Banco WestLB. Por isso, prevê Nilson Teixeira, economista-chefe do Banco Crédit Suisse, não será surpresa se, até 2009, o Brasil for classificado pelas agências medidoras de riscos como grau de investimento (*investment grade*). Ao atingir essa distinção, o país passará a ser visto como um porto seguro para os investimentos, um fator a mais para manter o fluxo de dólares positivo e as cotações da moeda-americana girando em torno dos R$ 2,20.

Excessos

A oferta maior de dólares, por sinal, fará com que o Banco Central se mantenha muito presente no mercado, comprando os excessos de moeda. No cenário mais conservador, as reservas brasileiras poderão fechar 2007 em US$ 113 bilhões, atingindo US$ 130 bilhões no ano seguinte — atualmente, está em US$ 85 bilhões. Nesses patamares, as reservas são mais do que suficientes para quitar a dívida externa do setor público, de US$ 74 bilhões.

São números como esses, acredita o diretor de Política Econômica do BC, Afonso Bevilaqua, que têm permitido ao Brasil passar incólume pelas crises internacionais. Em abril e maio deste ano, houve um grande nervosismo no exterior por causa do aumento das taxas de juros nos Estados Unidos. Países como a Nova Zelândia e a Austrália tiveram que desvalorizar suas moedas e elevar os juros. Para cobrir perdas em outros países, investidores estrangeiros retiraram recursos do Brasil que estavam aplicados em títulos públicos. Mesmo assim, o dólar pouco subiu frente ao real e a inflação e os juros continuaram caindo.

A Tailândia, um dos principais países de economia emergente, foi engolfada por um golpe de Estado e o novo governo militar decretou controle de capitais. Apesar disso, o risco Brasil, que mede o humor dos investidores estrangeiros em relação ao país, só fez cair, fechando a sexta-feira no menor nível da história; 194 pontos. "Não há dúvidas que o Brasil está mais forte para enfrentar crises externas", diz Bevilaqua. (VN)

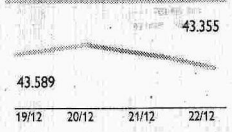
BOLSAS

Na sexta (em %)

0,07 São Paulo

-0,82 Nova York

BOVESPA



Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)

A-BOND

Título da dívida externa brasileira, na sexta

US$ 1,113
(▼0,18%)

DÓLAR

Sexta-feira (em R$)

2,147
(▼0,46%)

15/dezembro	2,14
18/dezembro	2,14
19/dezembro	2,16
20/dezembro	2,15
21/dezembro	2,15

Últimas cotações (em R$)

EURO

Turismo, venda (em R$) na sexta-feira

2,930
(▼0,81%)

OURO

Na BM&F, o grama (em R$)

R$ 43,500
(▼1,13%)

CDB

Prefixado, 31 dias (em % ao ano)

13,10%

INFLAÇÃO

IPCA do IBGE (em %)

Julho/2006	0,19
Agosto/2006	0,05
Setembro/2006	0,21
Outubro/2006	0,33
Novembro/2006	0,31

IGP-M da FGV (em %)

Julho/2006	0,19
Agosto/2006	0,05
Setembro/2006	0,21
Outubro/2006	0,33
Novembro/2006	0,31

PRINCIPAIS AÇÕES

Telemar PN	0,34%
Petrobras PN	-0,26%
Embratel Par. PN	0,28%
Usiminas PNA	0,50%
Vivo PN	1,07%
Vale R. Doce PNA N1	1,12%
Bradesco PN N1	1%
Eletrobrás PNB	-0,86%
Sid. Nacional ON	0,37%
Cemig PN N1	0,52%

TJLP

Julho a setembro/2006
7,5% ao ano

Outubro a dezembro/2006
6,85% ao ano

Janeiro a março/2007
6,50% ao ano

POUPANÇA/ CORREÇÃO

Dia	Índice
23/12	0,6873%
24/12	0,6934%
25/12	0,6594%
26/12	0,6594%
27/12	0,6926%
28/12	0,6668%
29/12	0,6530%
30/12	0,6530%
31/12	0,6530%
01/01	0,6530%
02/01	0,6282%
03/01	0,6567%
04/01	0,6891%
05/01	0,6773%
06/01	0,6859%
07/01	0,6454%
08/01	0,6086%
09/01	0,6206%

ALUGUEL

	Dezembro
IGP-M (FGV)	1,0350
IGP-DI(FGV)	1,0360
IPC (FIPE)	1,0178
IPCA (IBGE)	1,0302
INPC (IBGE)	1,0259

Obs: Fatores válidos para contratos cujo último reajuste ou acordo ocorreu há um ano